

Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no Município de Silves, Amazonas¹

Davis Gruber Sansolo †
Universidade Anhembi-Morumbi

Resumo: O trabalho em questão procura evidenciar o papel do turismo como um conteúdo que revela as novas formas de organização e apropriação do território amazônico. As diferentes formas de valorização da natureza vêm determinando uma articulação de interesses entre atores sociais que representam poderes representantes de escalas espaciais diversas como as populações locais, poder municipal e cooperação internacional. O turismo tem sido um meio que representa esses valores sobre a natureza. Valor de conservação, valor de sobrevivência, valor de reserva, valor de mercado. O turismo nas cidades amazônicas, ou o turismo representado pelos hotéis de selva, ou o turismo praticado nas unidades de conservação e finalmente o turismo desenvolvido a partir das organizações comunitárias apoiadas pelas Organizações não Governamentais, todas essas modalidades configuram-se como uma forma de valorização e valoração da natureza amazônica, cada qual com seus interesses e motivações. Destacamos ainda três experiências comunitárias de desenvolvimento do turismo, duas delas as informações foram geradas a partir de questionários e a terceira de forma presencial.

Palavras chaves: Turismo; Desenvolvimento sustentável; Território; Natureza; Organização comunitária, Educação ambiental; Ecoturismo

Abstract: This study tries to evidence the role of tourism as a content that reveals the new forms of organization and appropriation of the amazon territory. The different forms of nature appraisal are determining an articulation of interests among social actors that represent powers of diverse space scales, such as local populations, municipal councils and international cooperation. The tourism has been a media that represents those values on the nature. Conservation value, value of survival, reservation value, market value. The tourism in the amazon cities, the tourism represented by the forest hotels, the tourism practiced in the conservation units and finally the tourism developed from community organizations supported by the non Government Organizations, all are modalities configured as a valuation form of the amazon nature, each one with their interests and motivations. We highlight three community experiences of tourism, two of the researches were carried out starting from questionnaires and the third with fielwork.

Keywords: Tourism; Sustainable development; Territory; Nature; Community organization; Environmental education; Ecotourism

† Doutor e mestre em Geografia Física pela Usp e Prof. do Programa de Mestrado em Hospitalidade. E-Mail: dsansolo@usp.br

Introdução

O desenvolvimento do turismo no mundo atual, chama a atenção pelo grande poder de criação, recriação e organização de territórios e a promoção da articulação entre espaços no globo.

Os investimentos de grandes corporações internacionais relacionadas ao setor turístico no Brasil têm sido vultosos, decorrentes de políticas públicas que vêm atraindo esses recursos para lugares que até pouco tempo caracterizavam-se por serem periferias da economia em seus Estados e no Brasil. Lugares em que frequentemente vivem populações com culturas tradicionais. Lugares não incorporados pelo capital nacional e internacional, em função de estarem localizados distantes do centro político e econômico, e, portanto, por serem fronteiras do desenvolvimento, como a Amazônia, ou por serem periféricos aos centros políticos e econômicos. São lugares que até a década de 80 não possuíam a importância política e econômica, que em outros momentos da história já tiveram.

O objetivo desse trabalho é o de analisar alguns projetos de desenvolvimento do turismo associado à conservação ambiental na Amazônia, que têm em comum a articulação entre diversos segmentos políticos como população local, Ong's, cooperação internacional e o governo em seus diversos níveis e, que por conseqüência re-incluem esses espaços na dinâmica política e econômica global como espaços de vanguarda no debate sobre o desenvolvimento sustentável.

A Região Amazônica pode ser considerada um território que já adquiriu vários conteúdos em diversos momentos da história política e econômica Brasileira, como uma região periférica, dentro de um país periférico, que por sua vez, está dentro de um continente periférico. Sua economia caracteriza-se por uma economia de fronteiras de desenvolvimento e até pouco tempo baseava-se na exploração dos recursos como se fossem inesgotáveis.

Vetores de desenvolvimento e território na Amazônia

O projeto de modernização executado pelos governos militares marcou um período de grandes transformações na Amazônia. O padrão espacial até então desenvolvido baseou-se na relação rio-várzea-floresta estabelecido mesmo antes da colonização européia e perdurado até meados da década de 60 (Gonçalves, 2001). Com a implantação de eixos de integração proposto pelo governo Militar em 1970, um outro padrão espacial foi inaugurado: o da estrada-terra-firme-subsolo (id. Ibid). Posteriormente esse padrão foi reforçado pela implantação de pólos de desenvolvimento baseados na agropecuária e na mineração além da implantação da Zona Franca de Manaus e finalmente a ocupação das fronteiras por meio do Projeto Calha Norte em 1985 (Becker, 1997). Entre outros efeitos as mudanças promoveram um rápido processo de urbanização, levando contingentes oriundos da região nordeste, do sul do Brasil e do interior da floresta Amazônica, a morarem nas cidades médias e principalmente nas capitais dos estados. Esse processo contribuiu para que essas cidades estejam entre as de maior taxa de crescimento demográfico nos últimos 20 anos no Brasil. Contudo o investimento em infraestrutura não tem sido proporcional as taxas de urbanização.

A dinâmica decorrente do processo de reorganização da Amazônia a partir da década de 70 desencadeou uma série de projetos de desenvolvimento econômico colocando a região em uma posição de destaque na produção industrial seja na produção mineral ou de bens de consumo (id). Por outro lado, esse processo desencadeou impactos sócio-ambientais tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanizadas. Desflorestamento de áreas imensas, queimadas, poluição de rios, favelização das periferias urbanas e o conflito de terras, são alguns dos resultados promovidos pelo novo modelo de organização do espaço.

Os conflitos gerados pelo modelo de reorganização territorial geraram uma reação da sociedade civil em diversas escalas. Demandas de desenvolvimento mais recentes foram provocadas e segundo Becker podem ser resumidos por dois vetores sociais diferentes: industrial e tecnológico (VTI), e o tecno-ecológico (VTE) (ibid).

O grupo tecno-industrial tem suas origens nas indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus e na Indústria Mineradora

Para atender às demandas do VTI às políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal se notabilizam principalmente por meio de incentivos fiscais ou por financiamento a projetos privados de grandes proporções. Dois órgãos governamentais se destacam: a Sudam hora em evidência, e a Suframa que além de atuar em Manaus ainda estabelece áreas de livre comércio em outros municípios da região Norte.

Existem também as demandas por aumento da disponibilidade de energia por parte da indústria o que parece ser uma das prioridades governamentais.

O vetor tecno-ecológico (VTE) tem origem complexa, pois é resultante de lutas e resistências locais de índios, caboclos, seringueiros, posseiros por um lado, e por outro, pela luta global em defesa da sobrevivência da humanidade e valorização da natureza, estabelecendo-se assim uma conexão entre as escalas do lugar e do mundo. Um novo conteúdo para a região então é dado. Participam dessas demandas o chamado Grupo dos 7 que preocupados com a degradação ambiental em termos globais, vem difundindo a proposta de um desenvolvimento alternativo ao modelo consumista, originário de seus próprios países, baseado no baixo consumo energético, e apoiado pela biodiversidade (Becker op. cit). Participa também a Igreja Católica, que tem tido um papel fundamental na organização e politização comunitária. As Ong's ambientalistas nacionais e internacionais têm dado aos povos da floresta, apoio a projetos desenvolvidos, promovendo capacitação para conservação, manejo de recursos naturais, geração de renda e educação ambiental além de apoiarem em alguns

casos pesquisas científicas voltadas a busca de alternativas econômicas que garantam a conservação ambiental. Por diversas vezes denunciam ou repercutem os descasos governamentais e da iniciativa privada, relativos à degradação ambiental e denunciam a violência contra movimentos populares.

Do ponto de vista governamental, a política territorial volta à cena das políticas públicas na Amazônia, para atender às demandas do vetor tecno-ecológico, e vem influenciando a reorganização do território amazônico.

Uma das políticas territoriais a qual não iremos comentar é a que inclui a demarcação das terras indígenas.

Segundo a Profa. Berta Becker "A Política Integrada para a Amazônia Legal (PONIAL)", O PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente) e PPG7 (Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest) configuram-se como exemplos de políticas e programas de articulação envolvendo a vontade política nacional e a cooperação internacional. Segundo a geógrafa, a cooperação internacional é a face civil de uma aliança, que inclui uma vertente militar que exerce o poder distribuído em regiões pelo mundo, e também abarca o poderio econômico internacional que regionaliza o mundo em busca da acumulação flexível. Portanto, a cooperação internacional em nome da sustentabilidade (sem que se saiba exatamente o que significa), garante os interesses dos países centrais, que no caso da Amazônia, configura-se como um reserva de valor da natureza.

Surge daí a convergência de interesses entre movimentos sociais e ambientalistas, interesses do estado e interesses internacionais.

O PNMA forneceu no início da década de 90, com apoio financeiro do banco Mundial forneceu suporte a criação de Unidades de Conservação e a consolidação das já existentes além de reforçar os órgãos ambientais na Amazônia Legal. O modelo produzido tem apresentado diversos problemas conforme relatório do WWF-Brasil sobre as condições dos Parques Nacionais (Barbosa & Laçava, 1999).

O PPG7 repassou recursos para a conservação da diversidade genética e

contenção do desmatamento na Amazônia e inovou a gestão desses fundos com a participação das ONG's como controladoras dos projetos.

Segundo Becker (1997):

"A cooperação internacional constitui assim um instrumento de pressão geopolítica, visível na preferência dos recursos oferecidos que privilegiam as UC's, pesquisa dirigida e os projetos demonstrativos associados às ONG's. Mas constitui também instrumento de construção de um modelo de desenvolvimento sustentável".

Turismo e território na Amazônia

O turismo na Amazônia configura-se como um novo conteúdo de inserção do território amazônico, ao cenário econômico nacional e internacional, decorrentes dos dois vetores de desenvolvimento tanto VTI quanto do VTE.

Por um lado, o turismo convencional vem incrementando os investimentos em segmentos específicos como na construção de hotéis voltados a recepção de negociantes nas capitais e cidades médias. A pesca esportiva também vem sendo um segmento que tem atraído turistas brasileiros e estrangeiros e, portanto, investimentos governamentais e privados têm sido consideráveis no setor. Como exemplo podemos citar o Programa Nacional de Pesca Amadora² e os diversos anúncios sobre destinos e roteiros veiculados sobre o assunto na Internet.

Há também, turistas de maior poder aquisitivo, sobretudo estrangeiros, que em busca de contato com culturas exóticas viajam para destinos pouco convencionais.

Um recente documento apresentado pela Câmara Municipal de Manaus (Manaus em Debate), expõe a opinião de políticos, empresários e representantes das Universidades sobre o futuro da Cidade de Manaus. O documento deixa explícita a vontade política para o fortalecimento da atividade turística como uma alternativa econômica para o Município, que tem na Zona Franca sua maior base de sustentação.

O documento deixa clara a grande preocupação do poder legislativo com os aspectos ambientais, apresentando como

principais problemas o de saneamento básico (esgoto, lixo e abastecimento) e também propõe incentivos fiscais às empresas de turismo (hotéis, restaurantes, etc.). O documento vai mais além, propõe uma grande intervenção na orla e nos igarapés entre a Ponta Negra e o Encontro das Águas, por meio da retirada de favelas e palafitas para implementação de megaprojetos turísticos. Embora indique no início que a proposta de repensar deveria enfatizar um processo participativo, inclusive ressaltando a importância de se dinamizar e implementar o Plano Diretor Municipal com base na participação dos munícipes, em nenhum momento o documento apresenta a opinião dos moradores ou de lideranças comunitárias, não obstante apresentar a opinião de lideranças empresariais, e da universidade.

De fato, conforme Cruz (2000), as políticas públicas de turismo como o PRODETUR, trazem o benefício da implantação de infraestrutura básica, pois mais do que uma política de turismo trata-se de uma política de urbanização para o turismo. Contudo, o que se percebe é que a urbanização não favorece o acesso a toda a população, ocasionando portanto um processo de seleção e exclusão social. Muitas vezes há um processo de valorização urbana das áreas anteriormente depreciadas levando o morador a vender sua moradia e ocupar outras áreas menos valorizadas.

O turismo tem sido, também, uma das alternativas escolhidas pelo vetor tecnológico como meio de viabilizar o atendimento às demandas geradas pelas diferentes instâncias políticas, desde a local, passando pela regional, nacional e internacional. Contudo, pode-se distinguir modelos diversos de implementação de empreendimentos turísticos que têm na natureza sua base de valor.

Investimentos vultosos estarão sendo destinados pelo governo federal através do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) articulado ao PMNT, e envolve nove Estados.

O Estado do Amazonas é tido como referência para o desenvolvimento do Proecotur. Até o momento já estão sendo beneficiados 5 municípios com investimen-

tos em infra-estrutura direcionada ao turismo. O Estado do Amazonas possui também Um Plano de Desenvolvimento do Turismo que engloba o PROECOTUR, preconiza a formação de Comitês de Turismo conforme está previsto no PMNT.

A iniciativa privada nacional e internacional aproveitando-se da valorização da natureza Amazônica também vem investindo no turismo associado à natureza. Diversos hotéis de selva já foram instalados e outros ainda estão por serem construídos.

Num raio de 300 km de Manaus já existem pelo menos 21 meios de hospedagem que exploram a natureza local como principal atrativo. Entre os 21 a maioria das atividades envolvem observação da fauna, pesca, caminhadas. Raras são os que propõem algum tipo de intercâmbio cultural.

Segundo KNAFOU (1996) são três os agentes de turistificação dos territórios, os turistas, os planejadores (entendidos aqui como representantes do estado) e os promotores e agentes de mercado. Na Amazônia encontramos esse novo agente de turistificação: o turismo de base comunitária.

Na Amazônia, o turismo promovido pelas populações tradicionais vem se caracterizando como um processo diferenciado, onde o turismo além de uma fonte de renda alternativa, torna-se também uma oportunidade de aprofundamento das relações políticas internas dessas comunidades. Frequentemente encontramos projetos de desenvolvimento do turismo associados a projetos de conservação ambiental, decorrente de articulações políticas em diversas escalas.

Para as populações locais, sobretudo as residentes nas áreas rurais, nas margens dos rios e em meio às florestas, o turismo traz a possibilidade de complementação de renda oriunda do extrativismo e da agricultura de subsistência e favorece a conservação dos recursos naturais que são utilizados para a sobrevivência como, por exemplo, a icteofauna e os bichos de casco.

Destacamos três projetos que possuem um profundo envolvimento comunitário: Silves e Mamirauá no Amazonas, e Currálinho em Rondônia. As informações

referentes a Mamirauá e a Currálinho foram obtidas por meio de questionário enviados e respondidos pela internet pelas responsáveis pelos programas de Ecoturismo de cada uma das respectivas áreas. Quanto a Silves, as informações são resultantes de um trabalho de consultoria que fizemos para a WWF do Brasil.

Currálinho - RO³

A criação das reservas extrativistas tem origem na luta dos seringueiros liderados por Chico Mendes pela manutenção dos seringais com forma de sobrevivência. Como consequência conquistaram a institucionalização desse tipo de Unidade de Conservação no SNUC.

No caso de Currálinho, a organização comunitária AGUAPÉ formada por seringueiros e ribeirinhos mobilizou-se por meio de abaixo assinado reivindicando a criação da Resex.

Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé, Organização dos Seringueiros de Rondônia e ECOPORÉ (ONG) são os parceiros que conduzem a Resex de Currálinho e o projeto de Ecoturismo em Pedras Negras. Projeto esse apoiado pela WWF da Suíça.

Segundo uma das coordenadoras do projeto há uma ênfase no planejamento participativo, entretanto a execução das atividades planejadas nem sempre ocorre, sobretudo na época de coleta da castanha

O ecoturismo vem trazendo um aumento de renda, em especial para as mulheres que alcançam uma diária entre 50 e 80 reais, graças à capacitação para a prestação de serviço aos turistas que em sua maioria são provenientes da Europa e da região de Currálinho.

Mamirauá - AM

O questionário que enviamos à coordenação do projeto de ecoturismo de Mamirauá foi respondido da seguinte maneira:

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDS) (não extrativista) foi originalmente proposta por Dr. Márcio Ayres e o fotógrafo de natureza Luiz Cláudio Marigo. O primatólogo realizava pesquisa para sua tese de

doutoramento sobre o macaco Uacari (endêmico da área) nesta área que hoje é a RDS Mamirauá e originariamente era uma Estação Ecológica.

Primeiramente como Estação Ecológica, a Reserva foi decretada pelo governo estadual em 1990. A população local participou de forma consultiva durante a criação da reserva.

A organização local é baseada na comunidade (associação de moradores) que por sua vez se organizam em setores políticos – é um estilo de organização herdado do trabalho desenvolvido pela Igreja Católica

Todas as comunidades possuem associação de moradores, algumas têm associação de mulheres e outras também se organizam por atividade produtiva (pescadores, guias, etc).

As comunidades se reúnem internamente e entre si em reuniões de setores que geralmente são bimestrais (este é principal fórum de decisões) Existem também assembléias anuais que discutem principalmente assuntos referentes ao Plano de Manejo

Não são extrativistas – os moradores locais são ribeirinhos ou caboclos, descendentes de migrantes nordestinos que se deslocaram à região no começo deste século e de índios.

O ecoturismo foi idealizado pela equipe de pesquisadores que desenharam o Plano de Manejo para funcionar como umas das alternativas econômicas para a população.

O ecoturismo conta com uma Pousada Flutuante com 10 suítes dentro da Reserva, o transporte é feito em voadeiras (135 hp, 40 hp e 30 hp).

A Pousada foi especificamente desenhada para criar um mínimo impacto ambiental. Mas a implantação da infraestrutura não está completa. Ao que parece ainda estão tentando implantar um sistema de filtro de dejetos, o lixo é transportado para a cidade de Tefé (área de várzea sem possibilidade de permanecer no local).

A população se beneficia da infraestrutura básica apenas através do aumento do transporte com aumento do fluxo de voadeiras, mas a infraestrutura

da pousada é totalmente voltada para a recepção de ecoturistas.

Quanto origem dos visitantes, dependendo do ano – as principais nacionalidades por ordem crescente são: brasileiros, americanos, alemães, ingleses, finlandeses.

O ecoturismo gera recursos extras para os moradores locais, mas não é possível estimar ainda qual a participação na renda total porque não temos dados de renda para todas as comunidades envolvidas.

Os moradores recebem cursos de guias, cozinheiras e primeiros socorros e a grande maioria dos turistas avaliam os serviços como de alta qualidade.

Os problemas principais envolvem a monitoração de impactos e divulgação do produto, bem como implantação da infraestrutura.

Silves

O Município de Silves localiza-se a 300 km de Manaus, em direção à foz do Rio Amazonas. Está assentado numa ilha no Rio Urubu, afluente do Amazonas. Próximo ao município de Itacoatiara, Silves está em uma região cujas características físicas são decorrentes, sobretudo, do regime hidrológico.

A Planície do Rio Amazonas, "Constitui-se em uma unidade bem menor do que se pensava há alguns anos atrás. Esta planície apresenta cordões mais elevados margeando o leito do rio, formando os diques fluviais recobertos por florestas aluviais. Encontrando-se mais afastado os pântanos que representam extensos trechos mais baixos e planos onde se observa maior permanência d'água de inundações com vegetação de gramíneas" (Ross, 1985).

São nesses diques que na época de vazante concentra-se uma grande quantidade de peixes, as quais as comunidades ribeirinhas dependem para sua subsistência. Tambaquis, tucunarés, pirarucus são algumas das espécies da icteofauna que ocorrem na região. A

valorização dessas espécies atraiu a pesca comercial. O que antes era a garantia de sobrevivência para as comunidades ribeirinhas começou a se tornar escasso.

Com a ameaça da fome e a ajuda da Igreja Católica, no final da década de 80, as comunidades locais se organizaram em torno de uma ONG, a ASPAC (Associação de Silves pela preservação Ambiental e Cultural). Em uma manobra política muito bem organizada, a ASPAC, durante o período de eleições Municipais, conseguiu junto à Câmara de vereadores que se proibisse a pesca comercial e se criasse um manejo da pesca artesanal por meio de proteção dos lagos (diques aluviais e meandros abandonados). Os lagos foram classificados, segundo conhecimento dos moradores sobre áreas de reprodução. Sendo assim, foram criados três tipos de classe para os lagos: de proteção, onde a pesca é proibida, de manejo onde é permitida com restrições e lagos de pesca onde é permitida livremente (Tamaio & Carreira, 2000).

Para que houvesse uma real implementação dessas medidas, havia a necessidade de ampla divulgação. Sendo assim, foi desenvolvido ao longo do ano de 1989 pela ASPAC e a WWF uma ação participativa com 8 comunidades de pescadores. Um programa de educação ambiental comunitária denominado CARAVANA MERGULHÃO, que valorizou e mobilizou a participação e debate sobre a importância do respeito às normas da legislação municipal sobre conservação da pesca.

Paralelamente ao trabalho de Educação Ambiental e conservação dos recursos pesqueiros, a ASPAC, com apoio do WWF-Brasil, optou pelo desenvolvimento do turismo como alternativa econômica para as comunidades ribeirinhas. Foi construída uma Pousada (Aldeia dos Lagos) onde há uma participação intensa das comunidades ribeirinhas tanto na prestação de serviços de hospedagem como nas atividades de lazer do turista.

"A diferença entre o nosso hotel e os outros

dessa mesma modalidade é a participação intensa das comunidades ribeirinhas. Nossos turistas conhecem como vive o ribeirinho, como ele pesca, planta, faz a farinha, faz o peixe para comer e fazem os passeios dentro da floresta e na cidade Também, deixando divisas no comércio" (Almeida Grana apud Tamaio & Carreira, 2000).

Em nosso entender, o principal diferencial dessa modalidade de turismo é o fato de ter sido opção dos próprios ribeirinhos, essa alternativa econômica. Esse diferencial tem atraído nos últimos três anos aproximadamente 600 turistas, em sua maioria estrangeiros, em busca do turismo responsável. Uma modalidade cujos princípios são a associação entre a conservação ambiental, valorização das culturas locais e a participação das próprias comunidades.

A administração do hotel, hoje sob encargo da ASPAC, passou para uma cooperativa que se formou a partir da Associação, visto que o desafio agora é a melhoria da qualidade regularização da prestação dos serviços.

A segunda fase da CARAVANA MERGULHÃO envolveu a discussão sobre turismo e conservação ambiental com as comunidades, por meio das escolas, agentes de educação ambiental e monitores de ecoturismo.

Oficina de Educação Ambiental e Ecoturismo

Durante três dias de oficina em outubro de 2000, contamos com a presença de 40 pessoas, de oito comunidades. Desenvolvemos uma estratégia de trabalho que pudesse ter como premissa básica a promoção de um diálogo horizontal e participativo. Sendo assim utilizamos como base metodológica a Oficina do Futuro (São Paulo & Cogito/Ecoar, 1997). Utilizamos técnicas que pudessem motivar a participação de todos independentemente do nível de escolaridade. Além da Oficina do Futuro, utilizamos também as bases

técnicas do Metaplan, com cartões para expressão e síntese de idéias que pudessem ser visualizadas e discutidas.

Em todo o processo, cada passo foi sendo previamente explicado sendo esclarecido os objetivos de cada etapa e de cada técnica utilizada. Esse procedimento teve como objetivo uma possível reprodução do processo ou das técnicas nas comunidades pelos representantes das comunidades e pelos professores.

Estiveram representadas na oficina as seguintes comunidades:

- Do Lago Canaçari a comunidade Santa Fé
- Do Rebução a comunidade Santa Maria
- Comunidade do Quauí
- Comunidade Santa Luzia
- Comunidade São João e do lago de preservação
- Do Sanapani a comunidades Santa Luzia
- Do Sanapani a comunidade São Raimundo
- Do Rio Arebá a Comunidade Cristo rei
- Moradores do Centro da Cidade

Iniciamos a Oficina com uma dinâmica de apresentação onde duplas se entrevistaram e posteriormente uma apresentou o outro ao grupo. A dinâmica atendeu ao objetivo fazendo com que todos participassem e "quebrando o gelo" do início. Algumas pessoas apresentaram extrema timidez.

Mapeamento participativo

Foram formados 8 grupos com um número variado de pessoas em cada grupo. O critério de agrupamento foi o de pertencer ou conhecer as comunidades. Foram feitos inicialmente esboços em papel branco que serviram para a discussão inter-grupo. Posteriormente, foram elaborados mapas, croquis e desenhos de cada comunidade em cartolina utilizando-se lápis de cor, de cera e hidrocor. A atividade possibilitou aos grupos, por meio de uma representação dos seus lugares, um debate sobre as características de cada lugar.

Foram destacadas espécies de peixes como o pirarucu, o peixe-boi e o tucunaré. Ganhou destaque também o tracajá como uma espécie de quelônio de grande valor

para as comunidades. Quanto à vegetação algumas espécies foram destacadas como a castanheira, o cajueiro e sobretudo a mata de igapó em geral. Algumas espécies de aves, como marreco e patos selvagens, foram citados. Com relação às construções foi dado destaque à organização espacial das comunidades. Tradicionalmente, essas possuem uma espécie de centro onde está a escola (quando existente), um posto de saúde (quando existente), uma igreja e um salão comunitário. As habitações em geral estão esparças ao longo dos rios e os cultivos muitas vezes distantes das casas, sendo necessário o uso de barco para chegar a eles. Algumas vezes, os cultivos são feitos nos fundos das casas.

Há um processo que vem modificando essa organização. A prefeitura vem construindo casas de madeira, todas próximas umas das outras e próximas ao "centro" da comunidade. Segundo relato de moradores, esse processo vem desorganizando a vida das famílias.

Alguns mapas foram elaborados, com destaque ao mapa do Lago de Conservação.

“Muro das Lamentações”

Solicitamos que cada participante pegasse três cartões, refletissem e escrevessem sobre três principais problemas da sua comunidade e fixassem no quadro formando um conjunto de observações sobre os problemas de cada comunidade. A atividade foi compreendida.

Os principais problemas que apareceram foram:

- Desunião, falta de organização e de formação das lideranças comunitárias
- Saúde: falta de posto, de médicos e de agentes de saúde
- Escola: falta de material adequado a educação ambiental, obrigatoriedade do conteúdo dirigido, falta de apoio da direção, falta de formação continuada dos professores
- Falta de recursos para a educação ambiental, as instituições financiadoras de projetos não disponibilizam recursos para a educação ambiental ou quando disponibilizam os recursos são escassos
- As autoridades não apóiam a educação ambiental, mesmo ela sendo já institucionalizada

- Falta de lazer aos jovens, o que vem os levando ao alcoolismo e a outras drogas

Ao final solicitamos que analisassem o dia e foi relatado como de muito bom proveito.

Houveram alguns relatos que vale o destaque:

"Valeu muito pois aprendi sobre outras comunidades e poderei ensinar o que aprendi na escola." (Prof. de 1o. grau).

Um dos representantes fez questão de relatar a luta pela conservação fazendo um histórico desde o início da mobilização das comunidades.

Houve uma indignação geral sobre a questão do lazer, pois há um projeto que financia em torno de R\$ 60,00 por mês para jovens para que possam passear ou desfrutar de algumas atividades de lazer. O que vem sendo constatado é que vários jovens que recebem esses recursos não necessitam, e os que realmente precisam não têm acesso.

Um outro destaque é a preocupação com o tracajá, à tarde chegou uma denúncia de que 5 tocas de tracajá tinham sido mexidas e retirado os ovos, no lago de conservação. Por outro lado, alguns relatos foram animadores. Segundo alguns associados da ASPAC, que trabalham nas conservações dos lagos, vem sendo constatado que o número de espécies e quantidade de peixes vem aumentando ano a ano. Entretanto, nas comunidades não há proteção, o que vem desencadeando o desaparecimento de espécies como o pirarucu e o tucunaré.

Uma outra preocupação evidenciada é a pressão exercida sobre a floresta. Quando o recurso do peixe escasseia, muitos voltam-se para a derrubada da mata ou para o uso do recurso da madeira e dos frutos. O dia foi finalizado com uma visita ao lago de conservação.

“Sonhos”

Iniciamos o dia seguinte com a dinâmica da canoa, que foi muito bem aceita e houve uma grande participação. Promoveu-se o bom humor, a integração e a descontração do grupo.

Tratou-se de uma atividade onde todos ficam em fila imaginando como se estivessem todos em uma canoa. Ao nosso comando, segundo um determinado critério,

por exemplo separação entre homens e mulheres, todos deveriam se deslocar no espaço delimitado pela canoa sem sair de dentro, onde se imaginava fora da canoa havia jacarés, piranhas e a “cobra grande”⁴, portanto, deveriam ajudar um ao outro, para se deslocarem pela canoa.

Iniciamos a construção dos sonhos, a participação foi intensa. Foi produzido material de grande interesse para a educação ambiental. Solicitamos ao grupo de cada comunidade que produzisse desenhos, descrevendo os sonhos para a sua comunidade. Utilizaram cartolinas, lápis de cera, hidrocor, guache e lápis de cor. Posteriormente, foi solicitado que se apresentasse o resultado ao grande grupo, cada sonho e o significado de cada desenho.

Alguns desenhos representaram o desejo da volta ao passado, da recuperação ambiental nas áreas urbanas e em especial nas áreas naturais. Um sonho interessante e bem objetivo foi de uma comunidade que apresentou o desejo de normatização do uso de rede para que se desse oportunidade aos peixes de chegarem aos lagos. Uma outra representação interessante foi dos jovens que vivem no centro. Apresentaram a cidade de Silves desenvolvida com equipamentos sociais modernos, como universidades, parques de diversão, praia movimentada, tudo isso associado ao ambiente conservado.

Começamos a traçar alguns objetivos

Solicitamos que cada grupo estabelecesse três objetivos prioritários que pudessem ser alcançados a partir da representação dos sonhos. Dois grandes objetivos foram destacados, a melhoria da comunicação entre as comunidades e o apoio as escolas.

Tirou-se então uma proposta para se organizar uma comissão de comunicação, com o primeiro objetivo de se elaborar um projeto de jornal.

Dinâmica da Roda

Duas rodas girando uma dentro da outra, aonde a pessoa de dentro, ao escutar uma palavra deveria falar tudo o que viesse a cabeça para a pessoa em frente da roda de fora.

A atividade objetivou um pequeno relaxamento antes do almoço.

Ao debatermos sobre os objetivos estabelecidos foram encaminhadas duas propostas:

- A produção de um Jornal da ASPAC
- A realização de um Evento de Educação Ambiental nas Escolas

Educação Ambiental e Ecoturismo

No dia seguinte reunimo-nos e retomamos o caminho percorrido durante os dias anteriores para avaliarmos as técnicas e a metodologia utilizada.

Ao retomarmos os encaminhamentos traçados no dia anterior, ou seja a elaboração do jornal e o evento de Educação Ambiental nas escolas, um dos representantes das ASPAC indicou que poderia haver a contribuição da Associação com verbas do orçamento pra a elaboração do jornal.

Foram solicitados exemplares da Agenda 21 do Pedaco, produzida pelo Instituto Ecoar para a Cidadania.

Indicou-se que se buscasse apoio financeiro da WWF para ambos encaminhamentos, tanto a produção do jornal quanto para organização do evento de Educação Ambiental nas escolas.

Os representantes das comunidades que se interessaram em participar de ambas atividades propostas assinaram uma lista se comprometendo a participar da comissão organizadora de ambos os encaminhamentos ou simplesmente ser um divulgador das atividades em suas comunidades.

Posteriormente, iniciamos uma atividade para debater sobre o turismo em Silves. Solicitamos que os grupos se formassem aleatoriamente, diferente dos dias anteriores, para que se pudesse agora discutir o a questão não por comunidades, mas para a região como um todo.

Solicitamos que representassem por meio de desenho em cartolinas, o que é o turismo hoje em Silves?

Formaram-se 6 grupos. O resultado foi surpreendente.

Em diversos trabalhos destacaram-se as diferenças entre o turismo que é desenvolvido por iniciativa da ASPAC e o

turismo promovido pelo prefeito que é proprietário de um hotel, uma espécie de ecoresort em Silves.

Indicaram que a proposta da ASPAC promove a geração de renda e remuneração de mão de obra local, enquanto o hotel do prefeito concentra renda, tendo em vista que os turistas que ali se hospedam só se interessam pelo cenário e portanto o registro fotográfico e tudo que consomem compram no próprio hotel do prefeito que por sua vez se abastece em Manaus. Por outro lado, a Aldeia dos Lagos se abastece em Silves ou na região próxima. Um dos participantes indicou que o turismo promovido pela ASPAC não vem "enricando" as pessoas, mas o dinheiro que recebem com a visita às comunidades, pela contratação de cozinheiras, guias locais, acaba por ser uma fonte de renda extra o que faz com que o ribeirinho deixe de explorar outros recursos para comprar bens para atender suas necessidades.

Eles esperam que o turismo se desenvolva, mas têm a clareza que devem tomar cuidado, pois, assim como dinheiro e troca de informações, o turismo também pode trazer problemas como a poluição e a prostituição (assim foi colocado por eles).

Por outro lado, o turismo pode trazer algum desenvolvimento e benefícios aos jovens, os afastando das drogas e do alcoolismo (segundo colocado por alguns participantes).

O grupo insistiu em discutir a relação entre o turismo e a conservação e, portanto, a necessidade de se desenvolver um trabalho que integre o turismo à educação ambiental.

Avaliação

Os professores indicaram que pretendem ampliar a Educação Ambiental nas escolas, mesmo tendo que burlar o planejamento oficial. Uma das professoras destacou as técnicas utilizadas, sobretudo o uso de cartolinas e desenhos o que facilitou a exposição de idéias e os debates e sendo assim irá utilizar em sala de aula.

A avaliação dos outros participantes foi positiva e indicaram que houve a compreensão da proposta e ampliaram o conhecimento que já possuíam.

Segundo nossa avaliação:

- Conseguimos a mobilização e integração do grupo
- Houve a compreensão pelo grupo sobre as técnicas utilizadas e o significado da Agenda 21 de cada lugar
- Foi possível incrementar tanto o conteúdo quanto a metodologia de Educação Ambiental nas escolas
- Foram gerados indicativos para a continuidade do trabalho de Educação Ambiental tanto com as comunidades quanto com as escolas
- As técnicas utilizadas foram bem aceitas e adequadas a promoção da participação individual e em grupo
- Faltou um melhor registro constante das atividades como gravação de vídeo para posterior avaliação mais precisa.
- Algumas questões ficaram em aberto como a continuidade, constância e metas finais a serem alcançadas;
- Alguns fatos podem ser mais bem enfocados e com maior objetividade: melhoria da conservação dos lagos; um programa para proteção ou manejo dos tracaajás; melhoria da comunicação entre eles e entre as instituições de apoio como a WWF; falta de recursos específicos para Educação Ambiental; integração entre Educação Ambiental e Ecoturismo; enfocar o problema da produção de búfalos incompatível com a conservação dos lagos.
- Pudemos perceber que há uma nítida compreensão que o trabalho de conservação vem tendo efeitos positivos, pois conseguem perceber o aumento de peixes nos lagos de preservação.

Considerações Finais

Em todos os três projetos há parcerias e apoio de ONG's e precedentes de organização comunitária. Há, também, o apoio a cooperação internacional e em alguns casos apoio governamental seja por meio do IBAMA, Universidades Públicas e parceria com prefeituras.

O que pretendemos com essa exposição foi contribuir com a discussão sobre o significado do desenvolvimento do turismo sustentável, sobre os modelos de turismo que queremos para o Brasil, e em especial para a Amazônia.

Compreendemos que o desafio da sustentabilidade envolve o esclarecimento

com maior precisão sobre os objetivos de cada ator social em relação à conservação ambiental e a partir daí a busca de pontos comuns em busca do estabelecimento de parcerias, expondo-se os limites de concessões, as metas e os objetivos comuns.

A valorização da natureza na Amazônia possui diversas faces políticas. A possibilidade de articulação entre conservação, benefícios sociais e a viabilidade econômica se revelam, sobretudo nos territórios onde existem projetos comunitários; entretanto, a essência da sustentabilidade pode ser alcançada em outros recortes territoriais como nas unidades de conservação, em assentamentos rurais e nas cidades.

“Na medida que um dos princípios do novo paradigma é a valorização da diversidade, não há um modelo único a ser adotado, mas sim caminhos múltiplos a serem tentados, o que configura o desenvolvimento sustentável como um processo e não um estado em si” Becker, (1997).

Bibliografia

Barbosa, Ana Cláudia & Lacava, Ulisses (texto final)

1999 “Áreas Protegidas ou Espaços Ameaçados?” Relatório do WWF sobre o grau de implementação e Vulnerabilidade das Unidades de Conservação Federais Brasileiras de Uso Indireto-Brasília, World Wild Found do Brasil. (Mimeo)

Becker, Berta

1997 “Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica” In Becker, K. Bertha & Miranda, Mariana. *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. (pp. 421:444). Rio de Janeiro: UFRJ.

Cruz, Rita de Cássia

2000 *Política de Turismo e território*. São Paulo: Contexto.

Gonçalves, Carlos Walter Porto

1989 *Os Descaminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto.

2001 *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto.

Guimarães, Roberto Pereira

1997 “Desenvolvimento Sustentável: da

retórica à formulação de políticas públicas”. In Becker, K. Bertha & Miranda, Mariana. *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. (pp. 13:46). Rio de Janeiro: UFRJ.

Kanfou, Remy

1996 “Turismo e território: Por uma abordagem científica do Turismo”. In Rodrigues, Adyr A. B. (Org.). *Turismo e Geografia*. São Paulo: Hucitec.

Ross, Jurandy L. Sanches

1985 “Relevo Brasileiro uma nova proposta de classificação”. *Revista do Departamento de Geografia*, 4: 25:40. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP.

São Paulo (Município) & Consórcio Cogito/ECOAR

1997 *Agenda 21 do Pedaco*. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

Tamaio, Irineu & Carreira, Denise (Coord.)

2000 *Caminhos e Aprendizagens: Educação Ambiental, Conservação e Desenvolvimento*. Brasília: WWF-Brasil.

NOTAS

¹ Trabalho Apresentado durante o V Encontro nacional de turismo com Base Local em Brasília, 2001.

² Ver em www.ibama.gov.br

³ Informações relatadas pela Profa. Carol Dória da UFRO, por meio de questionário.

⁴ Trata-se de um possível mito regional sobre a existência de uma cobre gigante que reside no lago Canaçary.